

TROFÁGUAS — SERVIÇOS AMBIENTAIS, E. M.

Relatório n.º 1-N/2007

Relatório e contas de 2005**Relatório de gestão****1 — Introdução**

Tal como determinava a missão da Trofáguas — Serviços Ambientais, E. M., procurou-se durante o ano de 2005 assegurar na plenitude serviços de qualidade às pessoas do Concelho da Trofa, ao nível da distribuição de água ao domicílio, drenagem e tratamento de águas residuais, bem como, o serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Naturalmente, a actividade desta empresa municipal só foi possível ser desenvolvida com a colaboração prestimosa das entidades abaixo indicadas e às quais deixamos aqui o nosso agradecimento:

Ao presidente da câmara e a todo o executivo camarário pelo apoio e colaboração prestados;

Aos presidentes de junta de freguesia pela colaboração e proximidade manifestados;

Ao fiscal único pelo sentido de eficiência e intervenção atenta;

Ao conselho geral pelo acompanhamento e observações dados;

Aos colaboradores da empresa, pelo trabalho, dedicação e flexibilidade demonstrados no desempenho das suas funções;

A todos os clientes, munícipes do concelho da Trofa, razão de existência do serviço a cargo desta empresa municipal, pela compreensão e colaboração demonstrados no sentido de resolvermos os problemas ambientais deste nosso jovem concelho.

O conselho de administração, no cumprimento do disposto no artigo 34.º da Lei n.º 58/98 de 18 de Agosto, apresenta o relatório e contas do exercício de 2005, dando conhecimento dos aspectos que considera mais relevantes na actividade que foi desenvolvida no ano de 2005.

2 — Evolução da empresa

A Trofáguas, E. M., constitui-se a 5 de Dezembro de 2002.

Nos anos de 2003 e 2004, são estabelecidos os critérios de organização interna da empresa assim como se procura dar resposta operacional aos objectivos estratégicos emanados pela Câmara Municipal no sentido de até ao ano de 2009 existir uma cobertura ao nível do saneamento básico no concelho superior a 90% da sua população.

Aumentar, também, os níveis de eficiência do serviço de recolha e tratamento de RSUs, assim como atingir níveis de auto-sustentação económica e financeira dos serviços prestados.

Avaliaremos de seguida cada um destes objectivos de acordo com o exercício de 2005.

2.1 — Água

Fez-se o correspondente acompanhamento e fiscalização do contrato de concessão que vigora com a empresa Indaqua, S. A., de modo a que o seu plano de investimentos seja concretizado e compatibilizando a sua intervenção em obra com as empreitadas directas da Trofáguas.

2.2 — Saneamento de águas residuais

Conforme indicado nos Instrumentos Previsionais de 2005, procedeu-se à seguinte realização de trabalhos:

Continuou-se a obra da 5.ª Fase da Rede de Drenagem de Águas Residuais da Cidade da Trofa, de acordo com o ritmo previsto, uma obra que tem uma extensão total de 35 quilómetros e a que corresponderá uma população de 5500 pessoas nas freguesias de São Martinho de Bougado e de Santiago de Bougado.

Iniciou-se a obra da 6.ª Fase da Rede de Drenagem de Águas Residuais da Cidade da Trofa, ficando aquém da execução que estava prevista, para uma extensão total de 25 quilómetros a que corresponderá uma população servida de 4000 pessoas na freguesia de S. Martinho de Bougado.

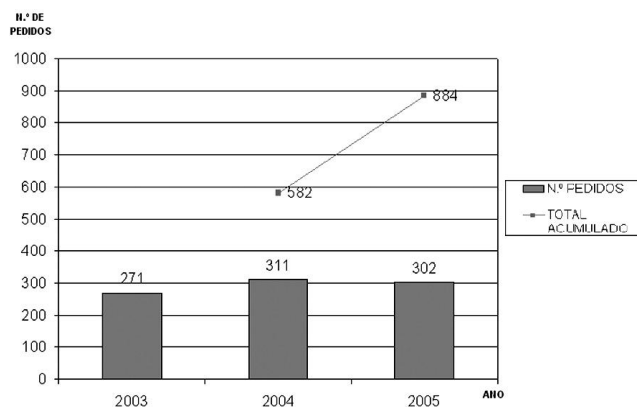
Abriam-se os concursos para a execução dos projectos da rede de saneamento para a totalidade do concelho.

Efectuaram-se acções de manutenção curativa e preventiva ao nível da rede de saneamento, suprimindo problemas de entupimento, colocação de tampas nas caixas e outros trabalhos afins.

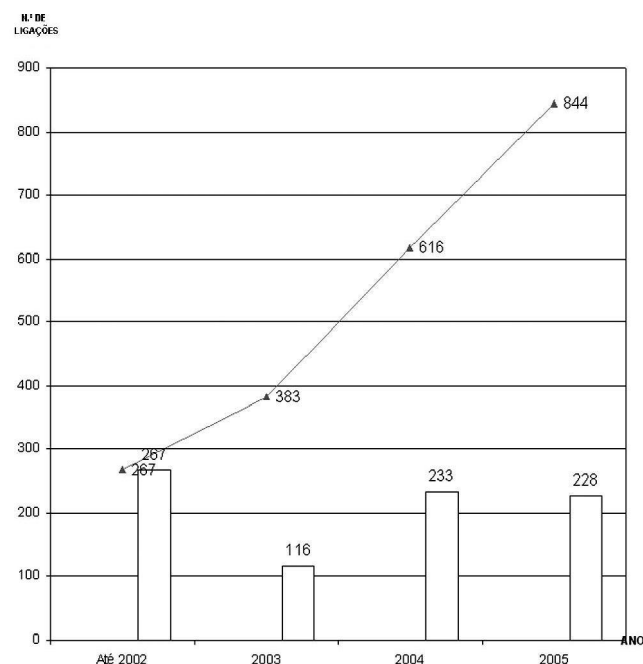
Procurou-se incentivar o número de ligações ao colector, porque à medida que a rede de saneamento vai aumentando, é por esta via que se sustenta economicamente e ambientalmente os investimentos realizados.

No quadro seguinte fica bem patente que tem havido uma evolução favorável dos pedidos de ligação ao colector, o que demonstra o interesse dos munícipes em utilizar este tipo de infra-estrutura à medida que ela vai estando disponível.

Só no ano de 2005, o número de pedidos de ligação ao colector foi de 302.

Pedidos de ligação ao colector de saneamento

A seguir mostra-se um gráfico com a evolução do número de ligações efectivamente executadas, que segue, como é natural, a tendência do gráfico anterior.

Ligações existentes ao colector

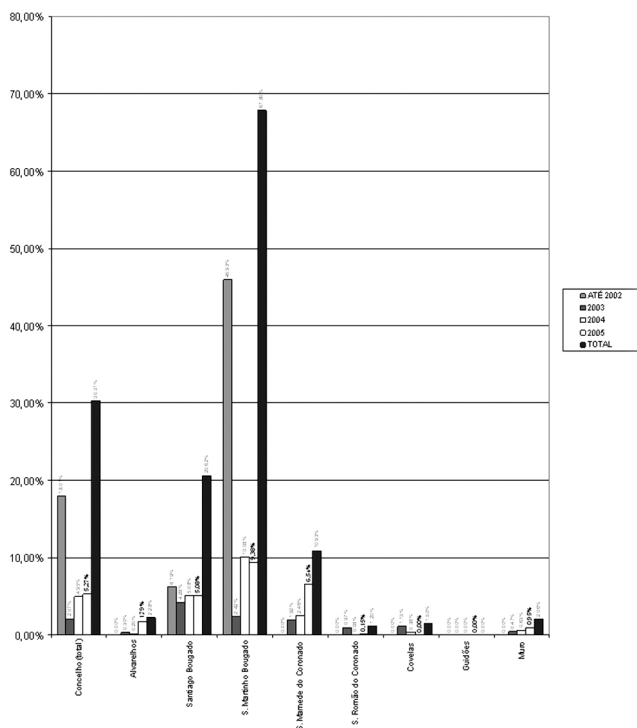
Apresenta-se também um quadro onde está reflectida a população do concelho que em Dezembro de 2005 já estava servida ao nível do saneamento de águas residuais.

Censos	Total até 2002	Ligações			Total	
		2003	2004	2005		
População servida:						
Concelho (total)	6 817	782	1 875	1 997	11 471	
Alvarelos	—	9	6	56	72	
Santiago Bougado	418	289	343	343	1 394	
São Martinho Bougado	6 399	337	1 404	1 307	9 447	
São Mamede do Coronado	—	78	100	265	443	
São Romão do Coronado	—	40	3	6	50	
Covelas	—	19	6	—	25	
Guidões	—	—	—	—	—	
Muro	—	9	12	19	41	
Percentagem de população servida:						
Concelho (total)	37 851	18,01	2,07	4,95	5,27	30,31
Alvarelos	3 146	—	0,30	0,20	1,79	2,28
Santiago Bougado	6 759	6,19	4,28	5,08	5,08	20,62
São Martinho Bougado	13 933	45,93	2,42	10,08	9,38	67,80
São Mamede do Coronado	4 053	—	1,92	2,46	6,54	10,93
São Romão do Coronado	4 150	—	0,97	0,08	0,15	1,20
Covelas	1 662	—	1,13	0,38	—	1,50
Guidões	1 906	—	—	—	—	—
Muro	1 972	—	0,47	0,63	0,95	2,06

Deste quadro podemos perceber a evolução bastante favorável de ano para ano no que diz respeito à população servida, nomeadamente nas freguesias que compõem a Cidade da Trofa e a Vila do Coronado (onde há rede existente). Há, no entanto, uma excepção que se prende com a freguesia de S. Romão do Coronado, onde vai exigir da nossa parte uma acção bem direccionada para essa realidade com vista a aumentar significativamente os pedidos de ligação.

O gráfico a seguir expressa de forma clara o caminho já percorrido ao nível da cobertura deste serviço mas também permite ver o muito que ainda há para fazer no sentido de subir as colunas de cor violeta em todas as freguesias até aos 90%, pelo menos.

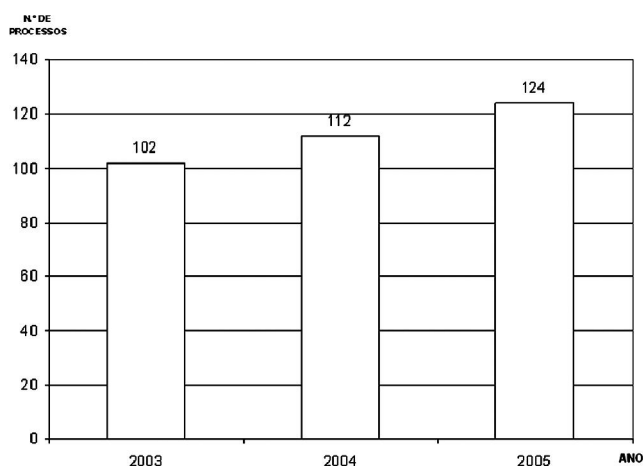
Percentagem de população servida



Finalmente, há que atentar ao gráfico que a seguir se mostra para ter a noção do número de processos de licenciamento que foram infor-

mados por esta empresa, no âmbito do trabalho de análise a processos de obras particulares.

Análise de processos de licenciamento



Dada a estrutura ágil desta empresa municipal, tem-se procurado, pela proximidade e sensibilização, levar todos os trofenses a perceberem a importância destas infra-estruturas para a sua qualidade de vida assim como terem o máximo de compreensão para as incomodidades causadas pela execução destas obras.

2.3 — Resíduos sólidos urbanos

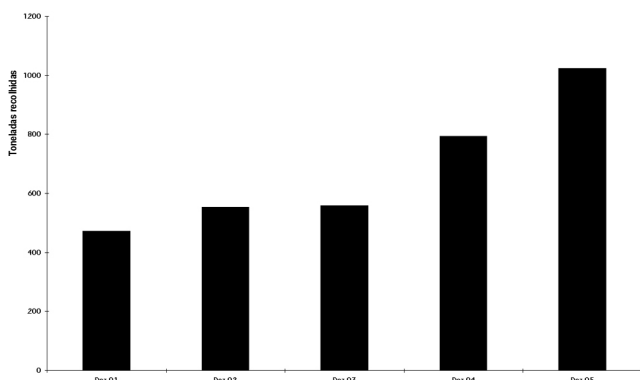
Durante o ano de 2005 continuou-se a fazer uma aposta forte em equipar o concelho com estruturas que permitam às pessoas adoptar práticas ambientais correctas com o mínimo de incomodidade. Referimos de seguida algumas das medidas adoptadas:

- Colocação de mais duas estruturas subterrâneas;
- Aquisição de mais 39 ecopontos e seis papelões;
- Aquisição e distribuição gratuita pelos munícipes de 5000 mini-ecopontos.

Com estas medidas mais o início da recolha e transporte por meios próprios dos resíduos separados, procurou-se transmitir à população o quão importante significa proceder à separação dos resíduos para posterior reciclagem.

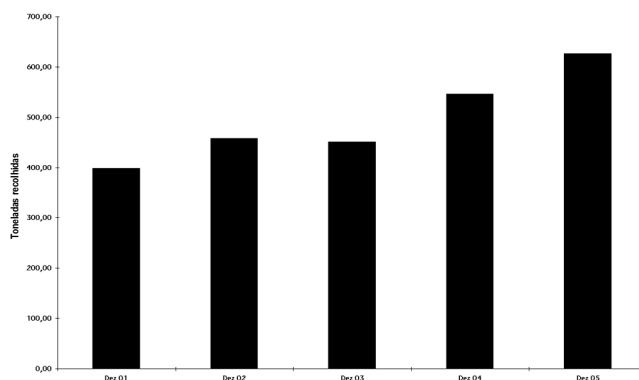
Reflexo directo destas medidas, assim como uma sensibilização cada vez maior para esta problemática por parte dos trofenses, permitiu aumentar significativamente os valores de tonelage dos resíduos separados, como se pode constatar pelos gráficos a seguir indicados:

Recolha selectiva — total



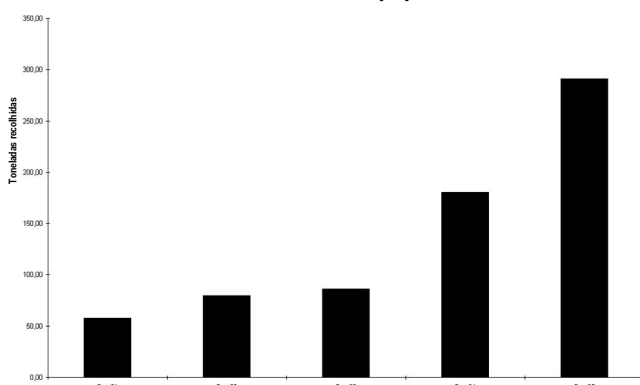
Rec. Selectiva	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	471,61	552,84	557,80	793,04	1.024,17
Taxas de crescimento	17,22%				
	0,90%		42,17%		
			29,14%		
			83,61%		

Recolha selectiva de vidro



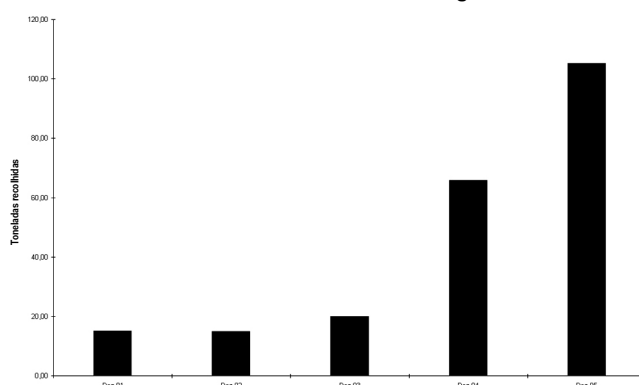
Vidro	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	398,86	457,96	451,58	546,54	626,99
Taxas de crescimento	14,82%				
	-1,39%		21,03%		
			14,72%		
			38,84%		

Recolha selectiva de papel/cartão



Papel/cartão	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	57,63	79,90	86,30	180,68	291,10
Taxas de crescimento	38,64%				
	8,01%		109,36%		
			61,11%		
			237,31%		

Recolha selectiva de embalagens



Embalagens	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	15,12	14,98	19,92	65,82	105,22
Taxas de crescimento	-0,93%				
	32,98%		230,42%		
			59,86%		
			428,21%		

O aumento significativo da recolha selectiva tem várias vantagens que a seguir enunciamos:

- Melhora os índices de qualidade ambiental, através da reciclagem;
- Diminui a tonelage dos resíduos indiferenciados;
- Gera poupança financeira pela diminuição dos custos com a recolha, tratamento e deposição em aterro dos resíduos indiferenciados assim como pela própria receita que é gerada directamente pelas contrapartidas dadas aos resíduos separados, e que durante o ano de 2005 foram da ordem dos 77 000 euros.

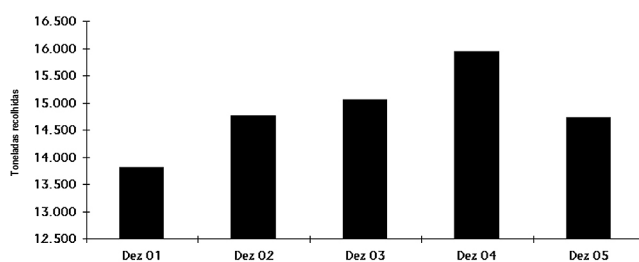
No que diz respeito aos resíduos indiferenciados, podemos verificar pelo gráfico abaixo, que durante o ano de 2005 houve uma diminuição de tonelage na ordem das 1200 toneladas que pode ser explicada por várias razões:

O aumento da recolha de resíduos separados em mais cerca de 200 toneladas;

A diminuição da actividade económica que como se sabe influencia directamente a produção de resíduos;

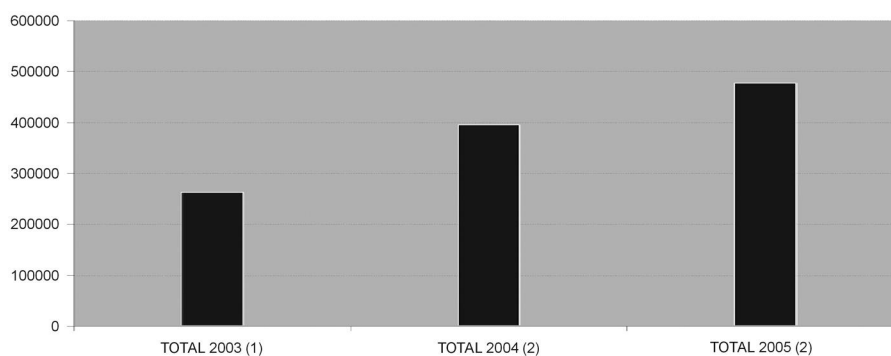
A sensibilização para a redução de resíduos e a fiscalização da recolha.

Recolha de lixo



"Lixo"	Dez 01	Dez 02	Dez 03	Dez 04	Dez 05
Ton	13.820	14.758	15.065	15.947	14.737
Taxas de crescimento	6,79%				
	2,09%		5,85%		
			-7,59%		
			-2,18%		

Um outro aspecto importante que importa avaliar tem a ver com a evolução dos valores cobrados aos municípios pela prestação do serviço de recolha em que se constata um aumento dos valores efectivamente recebidos ao longo dos últimos anos, conforme se vê no gráfico seguinte:



		Diferença de valores		
		2003-2004	2004-2005	2003-2005
Total de 2003 (a)	263 071,16			
Total de 2004 (b)	395 691,26	132 620,10		
Total de 2005 (b)	477 016,74		81 325,48	213 945,58

(a) Tarifa facturada pela Indáqua separadamente + tarifa facturada pela Indáqua juntamente com a factura de consumo de água.

(b) Tarifa facturada pela Trofáguas separadamente + tarifa facturada pela Indáqua juntamente com a factura de consumo de água.

A par deste aumento favorável dos valores cobrados, há ainda um défice muito significativo relativamente à cobertura dos custos que este serviço acarreta.

O quadro a seguir mostra a evolução dos custos com a recolha, transporte, tratamento e deposição de RSUs:

Ano	Rec. e transporte de RSU		Tratamento na ETRSU		Deposição de RSU em aterro	Deposição de refulgos em aterro	Valor/ton	Recolha de ecopontos		Recolha de monstros	Custos totais	Proveitos	Défice	Porcentagem de défice
	Custos	Valor/ton.	Custos	Valor/ton.				Recolha de ecopontos	N.º de ecopontos					
2003	607 682,48	38,75	170 018,57	14,98	28 300,00	73 094,91	7,66	23 021,92	37	14 622,72	916 838,99	263 071,16	653 767,83	71
2004	609 559,76	38,93	194 051,14	15,00	20 787,93	61 350,87	7,58	56 054,32	85	14 236,32	956 186,85	395 691,26	560 495,59	59
2005	605 233,80	41,07	222 119,96	16,71	—	478 439,64	41,63	73 677,37	123	—	1 379 693,18	477 016,74	902 676,44	65

Durante o ano de 2005 foi possível, num trabalho conjunto desta empresa com a Câmara Municipal, negociar os valores do contrato de concessão para a recolha e transporte com a Serurb que se traduziu num abaixamento dos valores cobrados. Por outro lado o aumento com os custos de tratamento por parte da Serurb assim como da deposição em aterro provocou um movimento de sinal contrário nos custos que com este serviço tiveram que ser assumidos.

Por estas razões, o défice deste serviço, em 2005 foi de 65%.

De notar que conforme consta da alteração do contrato-programa de 2005 entre a Câmara Municipal da Trofa e a Trofáguas, E. M., quer a despesa, quer a receita dos RSUs indiferenciados passaram a ser da responsabilidade directa da Câmara Municipal da Trofa.

Fruto dos investimentos feitos em 2005, o concelho da Trofa mantém uma posição dianteira no *ratio* do número de habitantes por ecoponto, situando-se actualmente em 308 habitantes por ecoponto, bem melhor, portanto, do que a recomendação europeia de 500 habitantes/ecoponto.

O trabalho a efectuar a este nível será sobretudo o da sensibilização crescente da população para o uso destes equipamentos assim como a adopção de medidas que permitam aumentar a taxa percentual de cobertura da receita à despesa com este serviço. O esforço a fazer terá de ser em dois sentidos, o de aumentar a receita e o de diminuir a despesa.

3 — Sistema de gestão da qualidade

Durante o ano de 2005, iniciou-se um processo que visa implementar um sistema de gestão de qualidade na Trofáguas, E. M. Este sistema virá, naturalmente, aumentar os índices de eficiência da própria empresa e de serviço ao cliente, assim como avançar para a certificação de qualidade ISO 9001 e a certificação ambiental ISO 14001.

4 — Análise da situação económico-financeira

Ao nível do balanço da Trofáguas, E. M., de 2005, merece realce alguns aspectos que passaremos a enunciar.

Do lado do activo, uma referência particular às imobilizações em curso no valor de 2 146 536,70 euros, consequência natural dos investimentos em curso que estão a ser realizados ao nível do saneamento básico com as empreitadas 5.ª e 6.ª fases de saneamento à cidade da Trofa a assumirem a quase totalidade do valor referenciado.

As dívidas de clientes rondam cerca de 120 000 euros, dos quais 91 000 são correntes que com certeza, vamos procurar recuperar no ano de 2006.

Na rubrica de outros devedores, a verba de 200 000 euros corresponde essencialmente à cedência da dívida de RSUs por parte da CMT à Trofáguas, E. M.

Do lado do passivo merecem real destaque três rubricas.

Em primeiro lugar, as dívidas de curto prazo a instituições de crédito no valor de 1 248 750 euros que procuramos reduzir, na parte final do ano de 2005, nomeadamente negociando com os fornecedores de imobilizado (empreiteiros) prazos de pagamento mais dilatados para 100 dias.

Assim, é natural o valor de dívida a fornecedores estar em 838 940,77 euros, sem que, no entanto, haja qualquer tipo de incumprimento ou penalização para a Trofáguas, E. M., em termos de andamento de empreitadas ou cobrança de juros.

O último aspecto, tem a ver com o valor dos proveitos diferidos superior a 1 milhão de euros e que reflecte os subsídios aos investimentos que ainda não foram reconhecidos na demonstração de resultados.

No quadro da demonstração de resultados, merece realce, do lado dos custos, as subidas com os FSEs e pessoal, relativamente a 2004, enquanto do lado dos proveitos e ganhos a subida do valor referente à prestação de serviços por parte da empresa, bem como a diminuição dos subsídios à exploração por parte da CMT.

O resultado líquido do exercício é ligeiramente negativo, o que não é preocupante nesta fase, precisamente pelo facto de estarem a ser feitos enormes investimentos que vão provocar no médio prazo um aumento significativo dos proveitos através do valor da prestação de serviços da empresa e com isso permitir a redução dos subsídios à exploração, como aconteceu em 2005, até à anulação destes, com o consequente aumento da sustentabilidade financeira desta organização.

5 — Dívidas à administração fiscal e segurança social

A Trofáguas, E. M., não tem em mora qualquer dívida à administração fiscal nem à segurança social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

6 — Proposta de aplicação de resultados

Como o resultado do exercício de 2005 é negativo em 9291,69 euros, propõe-se que permaneça em resultados transitados.

7 — Factos relevantes ocorridos após o termo de exercício

Foi alterado o contrato-programa de 2005 celebrado entre a CMT e a Trofáguas, E. M., com implicações directas nas contas do exercício de 2005 e já reflectidas no presente documento.

Trofa, 23 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

	2005		2004	
	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
431 — Despesas de Instalação	1 308,73	1 308,73	—	436,33
432 — Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	—
433 — Propriedade industrial e outros direitos	24 665,07	18 846,40	5 818,67	9 393,21
434 — Trespasses	—	—	—	—
441/6 — Imobilizações em curso	21 215,70	—	21 215,70	—
449 — Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	—	—	—	—
	<u>47 189,50</u>	<u>20 155,13</u>	<u>27 034,37</u>	<u>9 829,54</u>
Imobilizações corpóreas:				
421 — Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
422 — Edifícios e outras construções	—	—	—	—
423 — Equipamento básico	151 794,90	21 460,90	130 334,00	58 655,97
424 — Equipamento de transporte	151 232,94	50 325,36	100 907,58	26 184,15
425 — Ferramentas e utensílios	13 582,26	6 408,52	7 173,74	5 169,06
426 — Equipamento administrativo	51 245,00	26 384,47	24 860,53	22 290,59
427 — Taras e vasilhame	—	—	—	—
429 — Outras imobilizações corpóreas	4 171,98	2 159,44	2 012,54	2 441,48
441/6 — Imobilizações em curso	2 146 536,70	—	2 146 536,70	130 815,58
448 — Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	—	—	—	—
	<u>2 518 563,78</u>	<u>106 738,69</u>	<u>2 411 825,09</u>	<u>245 556,83</u>
Investimentos financeiros:				
4111 — Partes de capital em empresas do Grupo	—	—	—	—
4121+4131 — Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
4112 — Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4122+4132 — Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
4113+414+415 — Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
4123+4133 — Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
441/6 — Imobilizações em curso	—	—	—	—
447 — Adiantamentos por conta de investim. financeiros	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Circulante:				
Existências:				
36 — Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
35 — Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
34 — Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	—	—	—	—
33 — Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
32 — Mercadorias	6 937,50	—	6 937,50	6 774,20
37 — Adiantamentos por conta de compras	—	—	—	—
	<u>6 937,50</u>	<u>—</u>	<u>6 937,50</u>	<u>6 774,20</u>
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:				
218 — Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
268 — Outros devedores e credores	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

	2005		2004	
	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
211 — Clientes, c/c	91 272,14	—	91 272,14	55 807,85
212 — Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
218 — Clientes de cobrança duvidosa	31 080,30	31 080,30	—	—
252 — Empresas do Grupo	—	—	—	—
253+254 — Empresas participantes e participadas	—	—	—	—
251+255 — Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
229 — Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—
2619 — Adiantamentos de fornecedores de imobilizado	—	—	—	—
24 — Estado e outros entes públicos	514 201,53	—	514 201,53	69 782,67
262+266+267+268+221 — Outros devedores	200 066,53	—	200 066,53	2 375,64
264 — Subscritores de capital	—	—	—	—
	<u>836 620,50</u>	<u>31 080,30</u>	<u>805 540,20</u>	<u>127 966,16</u>
Títulos negociáveis:				
1511 — Acções em empresas do Grupo	—	—	—	—
1521 — Obrigações de títulos de particip. em empresas do Grupo	—	—	—	—
1512 — Acções em empresas associadas	—	—	—	—
1522 — Obrigações de títulos de particip. em empresas associadas	—	—	—	—
1513+1523+153/9 — Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
18 — Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14 — Depósitos bancários	178 583,54	—	178 583,54	49 027,69
11 — Caixa	221,34	—	221,34	288,82
	<u>178 804,88</u>	<u>—</u>	<u>178 804,88</u>	<u>49 316,51</u>
Acréscimos e diferimentos:				
271 — Acréscimos de proveitos	162 852,46	—	162 852,46	382 081,61
272 — Custos diferidos	19 422,12	—	19 422,12	1 656,72
	<u>182 274,58</u>	<u>—</u>	<u>182 274,58</u>	<u>383 738,33</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>126 893,82</u>		
<i>Total de ajustamentos</i>		<u>31 080,30</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>3 770 390,74</u>	<u>157 974,12</u>	<u>3 612 416,62</u>	<u>823 181,57</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2005	2004
Capital próprio:		
51 — Capital	100 000,00	100 000,00
Acções (quotas) próprias:		
521 — Valor nominal	—	—
522 — Descontos e prémios	—	—
53 — Prestações suplementares	—	—
54 — Prémios de emissão acções (quotas)	—	—
55 — Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	—	—
56 — Reservas de reavaliação	—	—
Reservas:		
571 — Reservas legais	1 148,60	—
572 — Reservas estatutárias	—	—
573 — Reservas contratuais	—	—
574 a 579 — Outras reservas	—	—
59 — Resultados transitados	— 5 847,39	— 16 184,75
<i>Subtotal</i>	<u>95 301,21</u>	<u>83 815,25</u>
88 — Resultado líquido do exercício	— 9 291,69	11 485,96
89 — Dividendos antecipados	—	—
<i>Total do capital próprio</i>	<u>86 009,52</u>	<u>95 301,21</u>

	2005	2004
Passivo:		
Provisões:		
291 — Provisões para pensões	—	—
292 — Provisões para impostos	—	—
293/8 — Outras provisões	—	—
	—	—
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
231+12 — Dívidas a instituições de crédito	—	—
221 — Fornecedores, c/c	—	—
26 — Outros devedores e credores	77 465,41	11 486,06
251+255 — Outros accionistas (sócios)	—	—
	<u>77 465,41</u>	<u>11 486,06</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
2321 — Convertíveis	—	—
2322 — Não convertíveis	—	—
233 — Empréstimos por títulos de participação	—	—
231+12 — Dívidas a instituições de crédito	1 248 750,00	—
269 — Adiantamentos por conta de vendas	—	—
221 — Fornecedores, c/c	90 228,81	203 808,06
228 — Fornecedores — facturas em recepção e conferência	171 389,92	—
222 — Fornecedores — títulos a pagar	—	—
2612 — Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
252 — Empresas do Grupo	—	—
253+254 — Empresas participadas e participantes	—	—
251+255 — Outros accionistas (sócios)	—	—
219 — Adiantamentos de clientes	—	—
239 — Outros empréstimos obtidos	—	75 000,00
2611 — Fornecedores de imobilizado, c/c	838 940,77	10 276,96
24 — Estado e outros entes públicos	8 687,73	9 262,03
262+263+264+265+267+268+211 — Outros credores	226,33	369 858,70
	<u>2 358 223,56</u>	<u>668 205,75</u>
Acréscimos e diferimentos:		
273 — Acréscimos de custos	80 203,76	48 188,55
274 — Proveitos diferidos	1 010 514,37	—
	<u>1 090 718,13</u>	<u>48 188,55</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>3 526 407,10</u>	<u>727 880,36</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<u>3 612 416,62</u>	<u>823 181,57</u>

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS E PERDAS

	2005		2004	
61 — Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Mercadorias	4 892,90		21 270,20	
Matérias-primas e materiais consumidos	—	4 892,90	—	21 270,20
62 — Fornecimentos e serviços externos		412 242,14		386 106,18
64 — Custos com o pessoal:				
641+642 — Remunerações	277 735,75		198 559,50	
Encargos sociais:				
643+644 — Pensões	—		—	
645/6/8 — Outros	51 145,62	328 881,37	20 544,21	219 103,71

	2005		2004	
662+663 — Amortizações de imobilizado corpóreo/incorpóreo	69 951,51		35 879,57	
666+667 — Ajustamentos	22 314,70		8 765,60	
67 — Provisões	—	92 266,21	—	44 645,17
63 — Impostos	3 421,71		302,08	
65 — Outros custos operacionais	1 482,83	4 904,54	1 520,69	1 822,77
(A)		843 187,16		672 948,03
682 — Perdas em empresas do Grupo e associadas	—		—	
683+684 — Amortiz. e provisões aplicados em investim. financeiros	—		—	
68 — Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo	—			
Outros	19 662,55	19 662,55	2 176,31	2 176,31
(C)		862 849,71		675 124,34
69 — Custos e perdas extraordinários		16 233,41		7 158,17
(E)		879 083,12		682 282,51
86 — Imposto sobre rendimento do exercício		3 368,32		3 076,96
(G)		882 451,44		685 359,47
88 — Resultado líquido do exercício		— 9 291,69		11 485,96
		873 159,75		696 845,43

PROVEITOS E GANHOS

	2005		2004	
71 — Vendas:				
Mercadorias	7 110,14		23 440,66	
Produtos	—		—	
72 — Prestações de serviços	318 650,30	325 760,44	217 527,77	240 968,43
Variação de produção	—	—	—	—
75 — Trabalhos para a própria empresa		—		—
73 — Proveitos suplementares	202,01		—	
74 — Subsídios a exploração	437 864,80		449 162,60	
76 — Outros proveitos operacionais	—	438 066,81	—	449 162,60
77 — Reversões de amortizações e ajustamentos		—		—
(B)		763 827,25		690 131,03
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	—		—	
784 — Rendimentos de participações de capital:				
Rendimentos de títulos negociação e outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas interligadas	—		—	
7812+7815+7816+782+783 — Outros	—		—	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo	—			
7811+7813+7814+7818+785/786/788 — Outros	1 288,21	1 288,21	5 920,27	5 920,27
(D)		765 115,46		696 051,30
79 — Proveitos e ganhos extraordinários		108 044,29		794,13
(F)		873 159,75		696 845,43

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A) =	– 79 359,91	17 183,00
Resultados financeiros: (D–B)–(C–A) =	– 18 374,34	3 743,96
Resultados correntes: (D)–(C) =	– 97 734,25	20 926,96
Resultado antes de impostos: (F)–(E) =	– 5 923,37	14 562,92
Resultado líquido do exercício: (F)–(G) =	– 9 291,69	11 485,96

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Trofáguas — Serviços Ambientais, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de balanço de 3 612 417 euros e um total de capital próprio de 86 010 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9292 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, o relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos e o relatório do conselho de administração e proposta de aplicação dos resultados, do exercício findo naquela data.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela gerência, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa Trofáguas — Serviços Ambientais, E. M., em 31 de Dezembro de 2005

e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Trofa, 23 de Março de 2006. — Cruz, Cunha, Campos & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Sebastião Campos Cruz*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em obediência ao disposto no n.º 3 do artigo 34.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, vem o fiscal único da Trofáguas — Serviços Ambientais, E. M., apresentar a apreciação da gestão e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pelo conselho de administração, em relação ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

1 — Procedemos, nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto:

À fiscalização e apreciação dos actos da gestão e ao acompanhamento da actividade da empresa, através dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos dos serviços e da administração;

À averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos; À verificação, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, dos documentos, registos e livros de escrituração;

À verificação, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, dos valores patrimoniais da empresa, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

À verificação do balanço, da demonstração dos resultados por naturezas, da demonstração dos fluxos de caixa e dos correspondentes anexos, do relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos, do relatório do conselho de administração e proposta de aplicação dos resultados, e dos princípios contabilísticos subjacentes e à apreciação da gestão;

2 — Assim, no contexto do relatório anual de fiscalização e da certificação legal das contas que emitimos, somos do parecer que:

Aprove o relatório do conselho de administração, o relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos, a relação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazos e as contas do exercício de 2005, apresentadas pelo conselho de administração;

Aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório do conselho de administração;

Procedam à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Trofa, 23 de Março de 2006. — O Fiscal Único, Cruz, Cunha, Campos & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Sebastião Campos Cruz*. 1000306681